

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. *In*: MORAES, Amaury César (Coord). **Sociologia**: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

QUEM FORMA O PROFESSORES DE SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA? Uma Análise sobre a Formação e Atuação do Corpo Docente no Curso de Ciências Sociais/UFPEL

WHO EDUCATES SOCIOLOGY TEACHERS WORKING IN ELEMENTARY SCHOOL? AN ANALYSIS ON THE EDUCATION AND PRACTICE OF THE SOCIAL SCIENCES FACULTY AT UFPEL

Marcelo Pinheiro Cigales (UFPEL)⁵¹

RESUMO

A obrigatoriedade do ensino da sociologia na educação básica instituída pela Lei 11.684 de 2008 trouxe o debate sobre diversas problemáticas da disciplina na escola brasileira. Metodologia de ensino, formação docente, livros didáticos e ultimamente a história da disciplina tem alcançado cada vez mais espaço nos encontros referentes ao tema. No entanto, algumas questões merecem destaque e atenção principalmente dos professores de sociologia da educação básica, pois são referentes à sua formação. Quem forma os professores de sociologia? Constitui-se pois justamente este o objetivo do trabalho, descrever e analisar, ainda que sucintamente, a formação e atuação dos docentes universitários que compõem o curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas/RS. A metodologia é baseada na pesquisa qualitativa, as unidades de análise são constituídas do Currículo Lattes dos docentes do curso e do quadro de disciplinas obrigatórias à licenciatura. Buscou-se evidenciar, além da formação e titulação, grupos, linhas e projetos de pesquisa em que os docentes estão ou estiveram vinculados. Por meio dos dados alcançados, foi possível saber a relação dos professores do curso com a temática educacional, em especial com o ensino da sociologia na educação básica. O referencial teórico baseia-se no conceito de “violência simbólica” de Bourdieu na medida em que visa compreender a divisão de forças entre as modalidades do curso, e como essa configuração privilegiou a formação do bacharelado em relação à licenciatura, visto que os resultados indicam um fraco engajamento dos docentes com grupos, projetos e linhas de pesquisa em que a educação seja objeto de pesquisa. Dessa forma, há uma carência de disciplinas como: Sociologia da Educação e História do Ensino da Sociologia no Brasil. Uma

⁵¹ Mestrando em Educação pela UFPEL.

das possíveis causas deste cenário pode estar relacionada com a recente obrigatoriedade da sociologia na educação básica. Por fim é possível caracterizar a licenciatura como um apêndice do bacharelado em Ciências Sociais visto que a estrutura do curso sofre com a ausência de professores e pesquisadores no campo educacional.

Palavras-chave: Formação docente, Ensino de sociologia, Ciências Sociais.

1. INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é o resultado de inquietações e questionamentos surgidos ao ingressar no curso de licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pelotas – UFPel em 2007. O curso é dividido em duas modalidades, a licenciatura destinada à formação dos professores de sociologia na educação básica e o bacharelado cujo objetivo é a formação de pesquisadores e demais profissionais que podem atuar em agências governamentais e não governamentais.

Ainda naquele ano foi possível perceber a diferença na qualidade do ensino entre as áreas, pois a licenciatura em Ciências Sociais da UFPel, sofria constantemente ausência de professores com formação no campo educacional. Além de não haver pesquisas que contemplassem a área da educação a grade curricular da licenciatura não ofertava disciplinas como: Sociologia da Educação e História do Ensino da Sociologia.

Este fato, possivelmente causava um *déficit* na preparação pedagógica dos licenciados e conseqüentemente refletia na sala de aula da escola básica. Através desta breve análise, a licenciatura pode ser caracterizada como um apêndice do curso, visto que a prioridade é a formação dos bacharéis em Ciências Sociais e não dos professores de Sociologia. Nesse sentido Raizer, Meirelles, Pereira (2011, p. 174) analisando a formação dos licenciandos em Ciências Sociais nas universidades brasileiras, constataram “que não há uma preocupação como a demonstrada pela formação do bacharel”.

De longa data a licenciatura tem sido relegada a um segundo plano nos cursos de Ciências Sociais. [...], antes de tudo, romper com preconceitos e juízos de valor disseminados na longa duração e que estabeleceram uma diferenciação sem maiores fundamentos entre o bacharelado – considerado um curso “nobre”, voltado à atividade teórica e à pesquisa – e a licenciatura – considerado um curso “plebeu”, voltado à atividade docente, próprio para os alunos menos aptos, sem maiores capacidades de reflexão e que, portanto, devem se ocupar de tarefas “menores”, como o exercício da atividade docente no ensino médio. (FREITAS, 2010, p. 56).

Esta desvalorização da licenciatura e conseqüentemente da educação básica precionou em maior ou menor grau a formulação de Políticas Públicas de incentivo à docência com vista à melhoria do ensino. Dessa forma, uma das alternativas criadas

pelo Governo Federal foi a criação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID⁵².

O PIBID alcançou diversas licenciaturas entre elas à de Ciências Sociais, possivelmente devido ao espaço que a disciplina alcançou a partir da Lei n.º 11.684 de 02 de junho de 2008. Através desta Lei a Sociologia voltou a ser obrigatória na Educação Básica do Brasil.⁵³ Motivando pesquisadores a desenvolverem cada vez mais eventos, seja em forma de reuniões, congressos ou até mesmo associações que discutissem as novas problemáticas da inserção da disciplina na educação do país.

Entre as principais atividades podemos destacar a iniciativa da Comissão de Ensino da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS, que criou o Encontro Nacional do Ensino de Sociologia – ENESEB, idealizado a cada dois anos desde 2009 antes do Congresso Brasileiro de Sociologia.⁵⁴

A Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, criou o Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes – LABES, que a cada dois anos congrega diversos pesquisadores, professores da rede básica de ensino e estudantes no Encontro Estadual de Ensino de Sociologia⁵⁵. O LABES⁵⁶ fomenta a pesquisa entre licenciandos, professores, pesquisadores e estudantes do ensino médio sobre as problemáticas que envolvem a sociologia na educação básica.

⁵² Este programa visa fomentar e valorizar a formação docente dos licenciandos ao proporcionar a atuação destes na realidade escolar de Instituições de Ensino Público do país.

⁵³ Conforme a Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Art. 21. A educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior.

⁵⁴ A partir deste ano de 2013, O ENESEB foi organizado separadamente do Congresso Brasileiro de Sociologia.

⁵⁵ A cada Encontro realizado pela LABES é organizado um livro contendo alguns dos trabalhos apresentados no Evento. O primeiro livro intitulado “A Sociologia vai à Escola - História, Ensino e Docência” foi organizado por Anita Handfas professora da UFRJ e Luiz Fernandes de Oliveira professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ em 2009, fruto do primeiro encontro realizado em 2008. O segundo livro intitulado “Dilemas e perspectivas da Sociologia na Educação Básica” foi organizado por Anita Handfas e Julia Polessa Maçaira em 2012, resultado do Evento de 2010.

⁵⁶ <http://www.labes.fe.ufrj.br/icone3.php> (Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes).

Outras universidades também criaram laboratórios de ensino em Ciências Sociais, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e a Universidade Estadual de Londrina – UEL⁵⁷.

Recentemente em 2012 foi concebida a Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais – ABECS, com sede no Rio de Janeiro – RJ, a ABECS tem por finalidade conforme seu Estatuto⁵⁸, desenvolver e fortalecer o ensino da sociologia na educação brasileira. Em 2013 está previsto a realização do 1º congresso da associação que ocorrerá em Aracajú.

Certamente esta mobilização dos sociólogos e professores de sociologia é reflexo da longa trajetória política para implantação da disciplina na educação básica, concretizada somente em 2008⁵⁹. Mas apesar disso, será que os cursos de Ciências Sociais estão preparados para formar os professores de Sociologia do Ensino Médio?

Dentro desta questão, este trabalho tem por objetivo focar um tema ainda pouco abordado pelas pesquisas que tratam sobre o ensino da sociologia na educação básica: “a formação e atuação dos docentes universitários que formam os professores de sociologia”. Dessa forma tentaremos responder às seguintes questões: qual a formação dos docentes universitários responsáveis pela preparação dos professores de sociologia do curso de Ciências Sociais da UFPEl? A que linhas de pesquisa se dedicam? Quais projetos de pesquisa estão vinculados? Através dessas perguntas, buscamos compreender a relação formação/atuação dos docentes com o ensino da sociologia na educação básica.

O cenário da pesquisa compreendeu o corpo docente do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, localizada no Extremo Sul do Brasil. O levantamento dos dados ocorreu através da Plataforma Lattes em consulta ao

⁵⁷ <http://www.ufrgs.br/laviecs/site/> (Laboratório virtual e interativo de ensino de ciências Sociais). <http://www.uel.br/projetos/lenpes/> (Laboratório de Ensino, Extensão e Extensão de Sociologia).

⁵⁸ <http://abecrs.wordpress.com/estatuto-da-abecs/>

⁵⁹ Sobre a luta para implantação da Sociologia e Filosofia no currículo do ensino médio ver: CARVALHO, Leujene Mato Grosso de. A trajetória histórica da luta pela introdução da disciplina de sociologia no Ensino Médio no Brasil. In: CARVALHO, Leujene Mato Grosso de (Org). Sociologia e Ensino em Debate; Experiências e Discussão de Sociologia no Ensino Médio. Editora Unijui: Ijuí, 2004.

currículo dos docentes. Nesses buscou-se analisar a formação; área da dissertação e tese; grupos, linhas e projetos de pesquisa aos quais estão vinculados.

Busca-se em Bourdieu (1996; 2005; 2008) suporte teórico para auxiliar a compreensão do problema em questão. Assim alguns conceitos do autor, como “violência simbólica”, “habitus” e “campo” serão conceituados e contextualizados no decorrer do trabalho. Também se faz presente uma breve perspectiva histórica da sociologia na educação brasileira, com objetivo de compreendermos como ocorreu o processo de institucionalização dessa disciplina na educação do Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Em “A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino” Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron analisam o sistema de ensino francês sob a ótica da sociologia. A obra é dividida em duas partes, a primeira intitulada “Fundamentos de uma teoria da violência simbólica” os autores realizam uma sistematização e explicação teórica sobre os conceitos empregados na pesquisa. A segunda parte intitulada “A manutenção da ordem” os autores trabalham os dados empíricos da educação na França, contextualizando-os com os elementos teóricos abordados no primeiro capítulo.

Cabe salientar que a compreensão da obra, principalmente do primeiro capítulo não se constitui tarefa fácil, pois Bourdieu possui um alto grau de operacionalização dos conceitos, além de uma escrita marcada pela originalidade científica, na tentativa de se afastar ao máximo do senso comum.

A “violência simbólica” refere-se à imposição de uma cultura sobre outra(s). Dentre várias formas de comportamento, como por exemplo, a linguagem ou a escrita, há uma que se apresenta como legítima em detrimento das demais.

Todo o poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU; PASSERON, 2005, p. 25).

Este conceito é central na obra dos autores e segundo eles, está na base, no início de todo o processo do sistema escolar, e refere-se ao ponto de partida da análise do livro. Conceitualmente a “violência simbólica” pode ser compreendida como uma ação de inculcação de uma cultura (arbitrário cultural) reconhecida como legítima (da classe dominante) e por isso a melhor a ser seguida a ser preservada, sendo tão mais eficiente quanto maior o grau de naturalização que ela impõe sobre as outras culturas.

Para melhor operacionalização dos conceitos, os autores se utilizam de vários subconceitos, como por exemplo: AP: Ação pedagógica - “Toda ação pedagógica (AP) é objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural” (2005, p. 26). Podemos entender por ação pedagógica, uma ação exercida por todos os membros educados de uma formação social ou de um grupo familiar.

O resultado da Ação Pedagógica, onde a “violência simbólica” atua implicitamente, é o “habitus”, outro conceito importante na teoria de Pierre Bourdieu. Este pode ser descrito como toda ação que não necessita de uma reflexão para sua concretização. Ou conforme Nogueira & Nogueira (2009, p. 24) pode ser entendido como “sistemas de disposições duráveis estruturadas de acordo com o meio social dos sujeitos.”

[...] o conceito de habitus desempenha, na obra de Bourdieu, o papel de elo articulador entre três dimensões fundamentais de análise: a estrutura das posições objetivas, a subjetividade dos indivíduos e as situações concretas de ação. É por meio dele que Bourdieu acredita superar os inconvenientes do subjetivismo e do objetivismo. A posição de cada sujeito na estrutura das relações objetivas propiciaria um conjunto de vivências típicas que tenderiam a se consolidar na forma de um habitus adequado à sua posição social. Esse habitus, por sua vez, faria com que esse sujeito agisse nas mais diversas situações sociais, não como um indivíduo qualquer, mas como um membro típico de um grupo ou classe sociais que ocupa uma posição determinada nas estruturas sociais. (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2010, p. 25-26).

Dessa forma o conceito de “habitus” na teoria de Bourdieu permite sustentar a ideia de uma estrutura social objetiva, baseada em múltiplas relações de luta e dominação entre grupos e classes sociais.

Já o conceito de “campo” na teoria de Bourdieu pode ser entendido como um espaço simbólico permeado por relações de força entre dominantes e dominados que definem tal espaço. Dentro desta esfera existem “troféus” a serem perseguidos que são legitimados por princípios que só fazem sentido neste espaço simbólico. O campo pode ser considerado tanto um ‘campo de forças’, pois constrange os agentes nele inseridos, quanto um ‘campo de lutas’, no qual os agentes atuam conforme suas posições, mantendo ou modificando sua estrutura (BOURDIEU, 1996). Dotados de mecanismos próprios, os campos possuem propriedades que lhes são particulares, existindo os mais variados tipos, como o campo da moda, o da religião, o da política, o da literatura, o das artes e o da ciência. (ARAÚJO, et. al, 2009).

Através dessa breve análise, poderíamos considerar que o bacharelado é uma expressão de “violência simbólica” no interior do curso de Ciências Sociais/UFPel? Essa certamente não é uma pergunta fácil de responder, e precisaríamos buscar base na história para sabermos como se desenvolveu as Ciências Sociais/Sociologia no Brasil e qual sua relação com a educação e conseqüentemente com a formação dos professores.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS DA SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

No final do século XIX a sociologia foi proposta como disciplina escolar no Brasil. Duas figuras tiveram destaque na iniciativa de implantação da disciplina no sistema educacional, Rui Barbosa e Benjamim Constant. Apesar de não ter se institucionalizado a sociologia vai aos poucos infiltrando-se na escrita dos autores brasileiros, mais como novidade intelectual do que como construção teórica preocupada com a realidade do Brasil da época. As vertentes funcionalistas e

evolucionistas são as mais conhecidas e estão visíveis na escrita de alguns intelectuais que produziram os primeiros manuais e compêndios de sociologia já no início do século XX⁶⁰.

Na década de 1920 com algumas reformas estaduais de ensino a sociologia passa a figurar nas Escolas Normais de alguns Estados. Gilberto Freyre chegou a ser professor de sociologia na Escola Normal de Pernambuco após a Reforma de Carneiro Leão naquele Estado, como analisa Meucci (2005).

Em relação ao ensino superior, São Paulo e Rio de Janeiro destacam-se na criação dos primeiros cursos em 1933 na Escola Livre de Sociologia e Política, 1934 com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (USP) e em 1935 no Rio de Janeiro na Universidade do Distrito Federal.

Como analisa Dias da Silva (2002, p. 67) as universidades paulistas buscavam novas referências no exterior. “A USP preferiu recrutar professores da Europa, principalmente da França, enquanto a Escola Livre estabeleceu maiores relações com os Estados Unidos - principalmente com a Universidade de Chicago.”

Ainda conforme a autora a sociologia tinha um caráter mais “aplicado” na Escola Livre de Sociologia e Política, sendo essencialmente acadêmica na Universidade de São Paulo. Se naquela tinha por objetivos formar quadros técnicos com anseio de aumentar a competência da administração do Estado, esta “optou por um modelo essencialmente acadêmico, no qual à ciência caberia apenas celebrar o valor racional, mantendo distância dos valores de mercado, e discutindo seus trabalhos entre pares, antes de qualquer tentativa de aplicação.” (DIAS DA SILVA, 2002, p. 68).

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP era tomada como o exemplo de sucesso em termos de organização institucional e seu caráter acadêmico como padrão de legitimidade científica. A

⁶⁰ Uma lista desses manuais produzidos na época pode ser consultado em dois artigos de Simone Meucci. MEUCCI, Simone. Os primeiros manuais didáticos de sociologia no Brasil. Estudos de Sociologia. São Paulo. v.6, n.10, p. 121-157, 2001._____. Sobre a Rotinização da Sociologia no Brasil: Primeiros Manuais Didáticos, seus autores, suas expectativas. Mediações, Londrina, v.12, n.1, p. 31-66, jan/jun. 2007.

não-vinculação das ciências sociais a uma formação técnica e a ênfase na teoria conduziram a sociologia a uma profissionalização institucional, mas tornaram-na uma disciplina acadêmica e elitizada, preocupada em formar quadros para a própria universidade (DIAS DA SILVA. 2002, p. 71).

De certa forma o modelo de sociologia da USP será tomado como padrão em termos de organização institucional e certamente influenciará o processo de criação dos cursos de Ciências Sociais no Brasil a partir de então.

Se por um lado a sociologia no Brasil ascende ancorada na educação, na primeira metade do século XX, conforme analisou Gomes (1994) e Daros et. ali (2000), ganhando impulso na escrita de figuras relevantes na arena política-social do país, como Fernando de Azevedo⁶¹, por outro, há uma separação da sociologia com a educação a partir da instalação do Regime Militar em 1964, conforme aponta Dias da Silva (2002). Cabe salientar que a partir do Regime Militar a sociologia foi confundida como difusora das ideias Comunistas, o que dificultou o funcionamento dos cursos de Ciências Sociais e o trabalho de muitos sociólogos como Florestan Fernandes e Octávio Ianni.

Em síntese podemos traçar um caminho da sociologia no país do final do século XIX até o início da segunda metade do século XX.

- 1882 - Proposta Parlamentar de inclusão da disciplina de sociologia, realizada por Rui Barbosa (não chegou a ser discutida);
- 1890/1897- Reforma de Benjamim Constant (disciplina legalmente obrigatória, mas a legislação não foi posta em prática).
- 1925 - Reforma João Luís Alves-Rocha Vaz inclui a sociologia na Escola Secundária.

⁶¹ Fernando de Azevedo dedicou dois livros específicos a área de Sociologia: Princípios de Sociologia (1935) e Sociologia Educacional (1940).

- 1926 - Delgado de Carvalho assume a cadeira de Sociologia no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, antes dele a disciplina era ministrada por Adrien Delprech.
- 1928 - A Sociologia passa a constar nos currículos dos cursos Normais de Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e em Pernambuco, onde foi ministrada por Gilberto Freyre.
- 1931 - Reforma Francisco Campos reforça o ensino da disciplina no segundo ciclo do Ensino Secundário. Sendo obrigatória no 2º ano dos três cursos complementares.
- 1933 - Criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.
- 1934 - Fundação da Universidade de São Paulo. Fernando de Azevedo é o primeiro diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e catedrático de Sociologia.
- 1935 - Introdução da disciplina sociologia no curso Normal do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis, com o apoio de Roger Bastide, Donald Pierson e Fernando de Azevedo.
- 1942 - A Reforma Gustavo Capanema retira a obrigatoriedade da disciplina nos Cursos Secundários, com exceção do Curso Normal.
- 1946 - Com o Decreto-Lei n. 8.530, a Sociologia Geral passa a constar na grade curricular da Escola Normal como opcional e a Sociologia da Educação continua com caráter obrigatório.
- 1961 - Lei n.º 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, garante o retorno da Sociologia aos cursos secundários regulares (Científicos e Clássicos).
- 1971 - Lei n.º 5.692, de agosto, a Reforma Jarbas Passarinho torna obrigatória à profissionalização do Ensino Médio. A Sociologia deixa de constar como disciplina obrigatória do curso Normal. (SANTOS, 2004; CARDOSO, TAMBARA, 2010; SILVA, 2010; MEUCCI, 2000; SOARES, 2012; MACHADO, 1987).

No caso específico da UFPel, o Instituto de Sociologia e Política- ISP, fundado em 1957, por iniciativa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e por sugestão da UNESCO, como unidade especializada voltada para a pesquisa e extensão foi uma das unidades que em 1969, participou da fundação da Universidade Federal de Pelotas. Depois de muitos anos desativado, o ISP voltou a funcionar em 1983, como instituto básico, ministrando disciplinas para várias cursos e faculdades da UFPel.

O curso de Ciências Sociais do ISP/UFPel foi criado pela Portaria nº 08, de 20 de julho de 1990, exclusivamente na habilitação bacharelado. Seu efetivo funcionamento começou em 1991 e seu reconhecimento deu-se através da portaria nº 212, de 11 de fevereiro de 1999, do Ministério da Educação.

A habilitação em licenciatura foi criada cinco anos depois da criação do bacharelado, através da Portaria nº 008, de 05 de julho de 1995 e seu funcionamento começou em 1996 sendo reconhecido pela Portaria nº 52, de 26 de maio de 2006.

Tendo em vista o processo de avaliação do curso e subsequente reforma curricular, a partir de 2004 o curso de Ciências Sociais, que comportava as duas habilitações, desmembrou-se em dois cursos diferentes. Na ocasião, as novas diretrizes curriculares para a formação de professores da educação básica passou a exigir uma série de requisitos na estruturação das licenciaturas, sobretudo no que diz respeito à carga horária referente à prática de ensino, o que precipitou a separação em dois cursos distintos.

Em diagnóstico realizado no ano de 2011 pela coordenação do curso constatou-se que a licenciatura possuía maior número de alunos matriculados e portanto, maior o número de formandos. “Atualmente (2011/1), o Curso de Ciências Sociais conta com 263 estudantes matriculados, 115 no bacharelado e 148 na licenciatura [...]” (DIAGNÓSTICO, 2011).

3. FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS DOCENTES

Para esta pesquisa, foram coletadas informações sobre 16 docentes lotados no ISP, conforme site do curso de Ciências Sociais UFPel, disponível em <<http://wp.ufpel.edu.br/cienciassociais/professores/>>. Foi utilizada a Plataforma Lattes⁶² para encontrar informações sobre a formação e atuação dos professores do curso. Para uma melhor mensuração dos dados, foi realizado um quadro compondo os seguintes tópicos:

Docente	Formação	Título da dissertação e/ou tese	Grupos de pesquisa em que atuou/atua	Linhas de pesquisa em que atuou/atua	Projetos de pesquisa em que atuou/atua
---------	----------	---------------------------------	--------------------------------------	--------------------------------------	--

Quadro 01: tópicos analisados na pesquisa

É importante ressaltar que os professores que ministram as disciplinas de Antropologia não constam na listagem abaixo relacionada, pois esses docentes antes lotados no ISP passaram a compor o quadro de professores do curso de Bacharelado em Antropologia criado no primeiro semestre de 2008. (ROSA, RIETH, 2010). Apesar da criação de um curso específico em Antropologia, não houve a diminuição da carga horária dessa disciplina no currículo do curso de Ciências Sociais da UFPel.

3. 1 Formação

Dos 16 professores pesquisados 14 possuem doutorado, um mestrado e um especialização. Em relação a formação em nível de mestrado um possui titulação na área de História, um na área de Ciências do Trabalho, um em Antropologia Social, cinco em Ciência Política, cinco em Sociologia, um em desenvolvimento rural e, um em extensão rural. Em relação a formação a nível de doutorado, um possui formação na área de História, sete na área de Sociologia, cinco na área de Ciência Política e um na área de Serviço Social.

⁶² www.lattes.cnpq.br

As áreas de Ciência Política e Sociologia, na formação a nível de mestrado se destacam com percentuais de 33,3% cada uma. Já as áreas de História, Ciência do Trabalho, Antropologia Social, Desenvolvimento Rural e Extensão Rural obtêm cada uma 6,7% do total percentual.

A formação na área de sociologia em nível de doutorado se destaca, obtendo 50% do valor total. Ou seja, a metade dos docentes lotados no Instituto de Sociologia e Política possui doutorado na área de Sociologia. A área de Ciência Política vem logo atrás com 35,7% e as áreas de história e serviço social com 7,1% cada uma.

Título da Dissertação e da tese:

1. **Dissertação:** O Movimento Operário Rio-grandense e a intervenção estatal: a Federação Operária do Rio Grande do Sul - FORGS e os Círculos Operários. **Tese:** Aspectos institucionais e políticos da representação das Associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930.
2. **Dissertação:** La construction des identités par le travail dans les associations. **Tese:** As relações de trabalho nas organizações de Economia Solidária: um paralelo Brasil-França.
3. **Dissertação:** O futebol enquanto exemplo de identidade cultural brasileira. **Tese:** Mudanças organizacionais e diferenciação social: os trabalhadores da indústria do alumínio primário paranaense.
4. **Dissertação:** Tancredo Neves: O senhor Nova República. **Tese:** Democracia sem democratas: uma análise da crise política no governo de João Goulart (1961-1964).
5. **Dissertação:** Relações Sociais e Gênero: O Trabalho Safrista na Indústria de Conservas de Pelotas. **Tese:** Formes et expériences de provation de travail au Brésil: La construction sociale du chômage dans la perspective d'une sociologie des rapports sociaux.
6. **Dissertação:** Democracia Participativa e Desenvolvimento: a influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural e Floriano Peixoto. **Tese:** Capital social e desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul.

7. **Dissertação:** Concepções de Ciência e Práticas Discursivas de Grupos de Pesquisa da UFRGS: Estudos de caso. **Tese:** As Teorias Sistêmicas de Vilfredo Pareto, Talcott Parsons e Niklas Luhmann (Re) visitadas pela Sociologia do Conhecimento Científico.
8. **Dissertação:** Movimentos Sociais Urbanos em Porto Alegre. **Tese:** Vissitudes da Questão Social no Brasil. Liberalismo versus positivismo na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre (1870-1905).
9. **Dissertação:** Sindicato e Estado no Brasil: o sindicalismo no período populista e o Novo Sindicalismo. **Tese:** As Reformas Trabalhistas e Sindicais no Brasil nos Governos Cardoso e Lula: Conflitos e Consensos.
10. **Dissertação:** A participação do Banco Mundial na formação cidadã dos jovens cearenses. **Tese:** Democracia, participação e cultura política: uma percepção da política pública de juventude.
11. **Professor sem Mestrado e Doutorado.**
12. **Dissertação:** Literatura sociológica uruguaia sobre movimentos sociais (1984-1995). **Tese:** Reestruturação produtiva e social em uma empresa globalizada. O caso da Conaprole no Uruguai.
13. **Dissertação:** Um estudo com trabalhadores acidentados da Indústria da Construção Cível do Município de Porto Alegre (RS) 2000-2002. **Tese:** Trabalhadores e as repercursões do adoecimento e acidente de trabalho na sua vida.
14. **Dissertação:** “Quem se comunica se trumbica”: O discurso do Pasquim no período Médici (1969-1974). **Tese:** Enfim a “verdade”: a construção de um discurso do Poder Legislativo na grande imprensa escrita brasileira (1995-1998).
15. **Dissertação:** Eleições e Eleitores no RS: a Experiência do PT no município de Pelotas em 1992 e 1996. **Sem Doutorado.**
16. **Dissertação:** Nicarágua: uma reforma agrária sem camponeses? **Tese:** A produção do conhecimento social sobre o “mundo rural” nas obras de José de Souza Martins e José Graziano da Silva.

3. 2 Grupos de Pesquisa em que atuaram/atuam

Foram encontrados 16 grupos de pesquisa em que os docentes estão vinculados. Alguns professores não possuem vínculo com nenhum grupo de pesquisa, já outros estão vinculados em até quatro grupos. De maneira geral podemos novamente constatar que os grupos não possuem relação direta com as questões educacionais, e tão pouco com a sociologia da educação e/ou educacional. Porém é possível perceber uma ligação bastante forte com as áreas de pesquisa relacionadas às questões do trabalho e ciência política. Abaixo estão listados os grupos de Pesquisa encontrados:

1. História do trabalho (UFPel);
2. Trabalho e trabalhadores: transformações sociais, identidades e desigualdades. (três professores possuem vínculo com este grupo de pesquisa);
3. Mudanças organizacionais e novas subjetividades no mundo do trabalho. (Dois professores possuem vínculo com este grupo de pesquisa);
4. Teoria Social Contemporânea. (Dois professores possuem vínculo com este grupo de pesquisa);
5. Núcleo de Análises Urbanas – FURG;
6. Estado Democracia e Cultura Política – UFPel;
7. Capital Social e desenvolvimento Sustentável na América Latina: Cultura Política e Qualidade Democrática – UFRGS;
8. Movimentos, Lutas e organizações sociais: cultura política, Estado e Sociedade – UPF;
9. Teoria dos Sistemas Sociais e Modernidade Periférica – UFSM.
10. Dialética – UNISINOS;
11. Sociedade, Representação e Processos Sociais – UFPel;
12. Instituições Políticas e Pensamento Político Brasileiro;

13. Grupos de Estudos e pesquisa em Família, serviço social e saúde;

14. Democracia e Representação – UFRGS.

3. 3 Linhas de Pesquisa em que atuaram/atuam

Em relação às linhas de pesquisa em que os professores estão vinculados, apenas uma, das 67 encontradas está relacionada com a educação. Intitulada “Ciências Sociais e Educação” esta linha de pesquisa tem por objetivo, conforme analisado no currículo da docente⁶³ “estudar o trabalhador em educação (professor de 1º e 2º grau) como ator social vivendo uma experiência genuína de trabalho: a educação escolar. Entender as estratégias desenvolvidas pelos professores para enfrentar as mudanças sociais, suas consequências sobre sua prática profissional e seu impacto social”.

3. 4 Projetos de Pesquisa em que atuaram/atuam

Dos 75 projetos analisados apenas três possuem relação com o tema da sociologia na educação. São eles: a) Ser professor de Sociologia do ensino médio; b) O Magistério, uma experiência social; c) A sociologia no ensino médio.

3. 5 Currículo e Estágio Supervisionado

O currículo da licenciatura em Ciências Sociais/UFPel⁶⁴, possui um total de 37 disciplinas obrigatórias, sendo elas distribuídas da seguinte maneira: 1º semestre: Sociologia I, Ciência Política I, Antropologia I, Prática em Ciências Sociais I, História I, Geografia Humana. 2º semestre: Sociologia II, Ciência Política II, Antropologia II, História II, Economia Política, e, Prática em Ciências Sociais II. 3º semestre: Sociologia III, Ciência Política III, Antropologia III, e, Prática em Ciências Sociais III.

⁶³ Disponível em www.cnpq.br. Acesso em 13 de abril de 2013.

⁶⁴ Disponível em <<http://wp.ufpel.edu.br/cienciassociais/files/2010/05/Projeto-Pedag%C3%B3gico-Licenciatura-2010.pdf>>. Acesso em 20 de julho de 2013.

4º semestre: Sociologia IV, Ciência Política IV, Antropologia IV, **Fundamentos Psicológicos da Educação, e, Fundamentos Sócio-Históricos-Filosóficos da Educação**. 5º semestre: Sociologia V, Ciência Política V, Antropologia V, **Teoria e Prática Pedagógica, e, Educação brasileira e Organização de Políticas Públicas**. 6º semestre: Métodos e Técnicas da Pesquisa Social I, **Estágio em Ciências Sociais I**, Prática em Ciências Sociais IV, 2 disciplinas optativas. 7º semestre: Métodos e Técnicas da Pesquisa Social II, **Estágio em Ciências Sociais II**, Prática em Ciências Sociais V, e, Libras I. 8º semestre: Seminário de Sociologia, Seminário de Ciência Política, **Estágio em Ciências Sociais III**, e, Seminário de Antropologia.

É possível perceber que no total de disciplinas obrigatórias da licenciatura, destacam-se quatro disciplinas voltadas à educação, além de três estágios obrigatórios. Porém tais disciplinas geralmente não são ministradas por docentes vinculados ao ISP, e sim por docentes de outros departamentos, como os da Faculdade de Educação.

Os estágios curriculares, fundamentais para a formação de professores, parecem constituir um problema no interior do curso de Ciências Sociais/UFPel, pois constantemente sofrem com a ausência de docentes que se disponham a assumir tal responsabilidade. Essa tarefa acaba nas mãos de pós-graduandos, bolsistas de mestrado e doutorado da Faculdade de Educação, que necessitam realizar estágio docente obrigatório.

Se por um lado a Resolução CNE/CP 2/ 2002 definiu uma carga horária elevada para o estágio, e “abriu espaço para que os centros de informação possam explorar inúmeras possibilidades de exercício da atividade docente [...]” (FREITAS, 2011, p. 162). Por outro, cabe aos estudantes de licenciatura, futuros professores, questionar a qualidade e consistência dessa experiência, que é fundamental na constituição e consolidação de sua carreira.

Ponto importante a ser discutido é a configuração do Estágio, não somente no curso de Ciências Sociais da UFPel, mas de todos os cursos de licenciatura do Brasil. Pois geralmente um único professor é responsável por supervisionar e

orientar dezenas de estudantes nessa disciplina, ou seja, é responsabilidade do docente, visitar a escola em que o aluno está realizando o estágio, assistir no mínimo uma aula, corrigir o relatório e ainda dar conta de todo o conteúdo que essa disciplina requer. Se multiplicarmos por 30, serão, portanto, dezenas de escolas, aulas e orientações em apenas um semestre. Conseqüentemente esse acúmulo de trabalho para o docente responsável pela disciplina, irá refletir na qualidade de sua orientação frente ao estágio curricular obrigatório.

Se compararmos com o bacharelado, onde geralmente o número de alunos (orientados) é reduzido, a licenciatura acaba tornando-se um “objeto indesejado” no interior dos Departamentos dos cursos de licenciatura, visto a imensa carga de trabalho posta a um único professor. Nesse sentido Raizer, Meirelles, Pereira (2011) salientam que,

A licenciatura em Ciências Sociais necessita recuperar o seu espaço e, principalmente, ser revalorizada nos meios acadêmicos e, escolares, em especial, no que se refere a programas de pós-graduação voltados para o ensino da sociologia. (p. 175).

Valorizar a licenciatura constitui-se, portanto, essencial ao desenvolvimento do futuro professor, é o momento, de “reflexão teórica, de investigação e formulação de constructos, de tal modo que a prática se alimente da teoria e esta, por sua vez, se inspire e se materialize na prática.” (FREITAS, 2010, p. 54-55).

4. BREVE ANÁLISE E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir dos dados apresentados fica evidente o pouco envolvimento dos docentes do curso de licenciatura em Ciências Sociais/UFPel com pesquisas relacionadas a educação, e com a sociologia na educação básica. Diante de várias interpretações possíveis buscamos uma orientação histórica para explicar este frágil engajamento dos docentes com as questões educacionais.

Dias da Silva (2002) e Cunha (1992) apontam três fatores que irão influenciar o afastamento da sociologia com a educação no Brasil. O primeiro, está atrelado ao Golpe de 1964, em que a sociologia foi confundida como difusora das ideias

comunistas. Esse fato dificultou em sentido geral a vida dos sociólogos nesse período, ainda mais aqueles ligados ao planejamento de políticas educacionais, como foi o caso de Florestan Fernandes. O segundo, refere-se a Reforma Universitária de 1968, onde foram criadas as primeiras Faculdades de Educação, e na grade curricular do curso esta presente a disciplina de Sociologia da Educação “duplicando espaços e deslocando o debate educacional dos departamentos de sociologia” para as faculdades de Pedagogia (DIAS DA SILVA, 2002, p. 153). E por último, com a chegada das teorias crítica-estruturais de Bourdieu e Althusser a partir da década de 1970, a educação passou a ser definida como uma instituição reprodutora da ideologia dominante, central para a manutenção do novo poder autoritário (Ibidem, p. 139). Saindo da posição de recurso de modernização, para ser vista como instrumento de reprodução.

Não tendo a educação satisfeito as elevadas expectativas em relação aos seus efeitos sociais, seguiu-se um período de desilusão e cinismo, quando a educação passou a ser vista, predominantemente, como um processo de manutenção do poder estabelecido. (NEVES, 2002, p. 359-360).

A partir da década de 1970, esse desinteresse irá refletir no interior dos cursos de Pós-graduação em Ciências Sociais. Fato que explicaria a ausência de mestres e doutores em sociologia, no curso de Ciências Sociais/UFPel, com pesquisas direcionadas a educação. Nesse sentido, as disciplinas que compõem o currículo da licenciatura em Ciências Sociais, não somente da UFPel, mas de todo o Brasil, podem ter sido influenciado por essa trajetória histórica, e, pelo fato da disciplina escolar estar condicionada a formação do docente que irá ministrá-la.

Portanto, a superestrutura definida aqui como os cursos de pós-graduação, linhas de pesquisa, investimentos em pesquisa, etc, determinariam diretamente na estrutura dos cursos de graduação (formação/atuação dos professores, grade curricular, formação de disciplinas, etc.). Poderíamos afirmar que, sem linhas de pesquisa sobre educação nos Programas de mestrado e doutorado em Ciências

Sociais, não haverá disciplinas escolares especializadas, como Sociologia da Educação e História do Ensino da Sociologia no Brasil na graduação.

O caso do curso de licenciatura em Ciências Sociais da UFPel pode ser analisado tanto pelo viés histórico quanto pelo conceito de “violência simbólica.” Pois, apesar das Políticas Públicas como o PIBID valorizar a docência e a Lei de 2008 incluir a disciplina de sociologia na educação básica, a grade curricular do curso e a formação/atuação dos docentes, ainda possuem uma frágil ligação com o campo educacional.⁶⁵

Nesse sentido, as características do curso expressariam um poder de “violência simbólica” do bacharelado sobre a licenciatura, visto que o bacharelado está em vantagem com relação à estrutura, corpo docente, investimento, *status*, linhas de pesquisa, grupos de pesquisa, etc.

Por fim, podemos considerar que existem possibilidades de melhoria para a licenciatura em Ciências Sociais, e para a formação dos futuros professores de sociologia. Porém, para que isso aconteça é necessário que ocorram algumas mudanças, como por exemplo: a) desenvolvimento de linhas de pesquisa na pós-graduação de Ciências Sociais que abordem a educação e o ensino de sociologia na educação básica; b) valorização e qualificação dos estágios curriculares, unificando a prática docente com a pesquisa científica sobre a escola e o sistema de ensino; c) desenvolvimento de Laboratórios e Grupos de Estudos/pesquisa sobre o ensino da disciplina na educação básica, gerando espaços de constante aprendizagem e renovação de ferramentas e metodologias de ensino para a área.

⁶⁵ Não temos a pretensão de afirmar que nada se fez até o momento na tentativa de reverter esse cenário. No entanto, precisaríamos ir mais a fundo e utilizar outras abordagens metodológicas, como entrevistas com coordenadores do curso, para saber se há uma “luta” interna entre os professores na divisão de espaços entre as modalidades do curso, investigando as causas que levaram a licenciatura a estar com *déficit* na organização da grade curricular, contratação de professores, etc.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO F. M. DE B., ALVES, E.M. & CRUZ, M.P. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu. **Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia**. v.1, n.1, jan-jun 2009.

AZEVEDO, Fernando de. **Princípios de Sociologia**: pequena introdução ao estudo de sociologia geral. 9. ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1964.

_____. **Sociologia Educacional**: Introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais. 5. ed. Rio de Janeiro; Melhoramentos, 1958.

_____. **A cultura brasileira**. 4. ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 1963.

BOURDIEU, P, PASSERON, J. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2005.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

CARDOSO, Sergio Ricardo Pereira; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. **A formação docente “não formal” em Pelotas**: a contribuição da Associação Sul Rio-Grandense de professores. In: Instituições Formadoras de professores no Rio Grande do Sul. Volume 4. Editora da UFPel. Pelotas. P. 99-137, 2010.

CARVALHO, Leujene Mato Grosso de. **Sociologia e Ensino em Debate**: experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio. Ijuí: Editora Unijui, 2004.

CUNHA, Luis Antônio. **A educação na Sociologia**: um objeto rejeitado? Cadernos Cedes: Sociologia da Educação: diálogo ou ruptura, São Paulo: Papyrus, 27, p. 9-22, 1992.

DAROS, M; NASCIMENTO, C; DANIEL, L. **A sociologia na formação dos professores catarinenses**. In: 23ª Reunião anual da AMPED. Caxambu, MG. 2000. Disponível em <168.96.200.17/ar/libros/amped/#gt14>. Acesso em 22 de outubro de 2012.

DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. Disponível em <<http://wp.ufpel.edu.br/cienciassociais/files/2011/04/Diagn%C3%B3stico-Preliminar-Cursos-de-Ci%C3%Aancias-Sociais1.pdf>>. Acesso em 25 de abril de 2013.

DIAS DA SILVA, Graziella Moraes. **Sociologia da Sociologia da Educação: Caminhos e Desafios de uma *Policy Science* no Brasil (1920-1979)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Dados disponíveis em <<http://isp.ufpel.edu.br/>>. Acesso em 25 de abril de 2013.

FREITAS, Revalino Antonio de. **Estágio supervisionado: um espaço privilegiado de formação na licenciatura em Ciências Sociais**. In: OLIVEIRA, Dijaci David de; RABELO, Danilo; FREITAS, Revalino Antonio de. *Sociologia no ensino médio: experiências e desafios*. Goiânia: UFG/FUNAPE, 2010.

_____. **A licenciatura em Ciências Sociais diante da reinserção da Sociologia no ensino médio**. In: OLIVEIRA, Dijaci David de; RABELO; FREITAS, Revalino Antonio. *Ensino de Sociologia: currículo, metodologia e formação de professores*. Goiânia: UFG/FUNAPE, 2011.

HANDFAS, Anita; MAIÇARA, Julia Polessa. (Orgs.). **Dilemas e perspectivas da sociologia na educação básica**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

HANDFAS, Anita; OLIVEIRA, Luiz Fernando de. (Orgs.). **A sociologia vai à escola: história, ensino e docência**. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

LICENCIATURA em Ciências Sociais. Dados disponíveis em <<http://wp.ufpel.edu.br/cienciassociais/>>. Acesso em 25 de abril de 2013.

MACHADO, Celso de Souza (1987). **O Ensino da Sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar**. In: *Revista da Faculdade de Educação*. Vol. 13, n.º 1, p.115-142. 1987.

MEUCCI, Simone. **A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas-SP: IFCH-UNICAMP, 2000.

_____. **Os primeiros manuais didáticos de sociologia no Brasil**. *Estudos de Sociologia*. São Paulo. v.6, n.10, p. 121-157, 2001.

_____. **Sobre a Rotinização da Sociologia no Brasil: Primeiros Manuais Didáticos, seus autores, suas expectativas**. *Mediações*, Londrina, v.12, n.1, p. 31-66, jan/jun. 2007.

_____. **A experiência docente de Gilberto Freyre na Escola Normal de Pernambuco (1929-1930)**. *Cadernos CRH*. V.18, n.44, p. 207-214, 2005.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **Estudos sociológicos sobre educação no Brasil.** In: MICELI, Sergio. (Org.). O que ler na Ciência Social no Brasil 1970-2002. São Paulo: Sumaré, 2002, V. IV, p. 351-437.

NOGUEIRA, Alice Nogueira; NOGUEIRA, Cláudio. M. Martins. **Bourdieu & Educação.** 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Disponível em <http://wp.ufpel.edu.br/cienciassociais/projeto-politico-pedagogico/>. Acesso em 25 de abril de 2013.

SANTOS, Mario Bispo dos. **A Sociologia no contexto das Reformas do Ensino Médio.** In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. Sociologia e Ensino em Debate; Experiências e Discussão de Sociologia no Ensino Médio. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas.** In: Coleção Explorando o Ensino. Volume. 15 Coordenação Amaury César Moraes Brasília: Ministério da Educação: Brasília, 2010.

SOARES, Jefferson da Costa. **A identidade Profissional dos Primeiros Professores de Sociologia do Colégio Pedro II.** In: 3ª Encontro Estadual de Ensino de Sociologia. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. CD Rom.

RAIZER, Leandro; MEIRELLES, Mauro; PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Ensino de Sociologia no Rio Grande do Sul: desafios docente e metodologia de ensino.** In: OLIVEIRA, Dijaci de; RABELO, Daniel; FREITAS, Revalino Antonio de. Ensino de Sociologia: currículo, metodologia e formação de professores. Goiânia: UFG/FUNAPE, 2011.

ROSA, R. R. G.; RIETH, Flávia . **Bacharelado em Antropologia na UFPEL: um curso na fronteira.** In: TAVARES, Fatima; GUEDES, Simoni Lahud; CAROSO, Carlos . (Org.). Experiências de Ensino e Prática de Antropologia no Brasil. 1ed.Brasília: Ícone Grafica e Editora, 2010, v. 1, p. 41-51.